

## **SERTÕES: NOTAS PARA O USO DA PALAVRA NO MUNDO PORTUGUÊS<sup>1</sup>**

Helder Alexandre Medeiros de Macedo  
Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó – UFRN/Caicó  
Mestrado em História dos Sertões – MHIST/CERES/UFRN  
E-mail: [helder@ufrn.edu.br](mailto:helder@ufrn.edu.br)

Os sertões enquanto temática de estudo se justificam por ser um campo próprio de enunciação que remonta a uma longa tradição. Portanto, a despeito de estar diretamente associado à dimensão da espacialidade, sertão trata-se de uma noção muito específica de espaço: o outro, a oposição ao litoral, à costa, ao desconhecido. Por outro lado, a constituição de um campo de saber que se propõe a investigar essa espacialidade, de multifacetadas dimensões históricas e discursivas, se justifica pela própria historicidade do conceito de sertão, a partir de um amplo léxico em que as noções/conceitos foram abordados por diferentes escritos e aparecem como definidor da localização de inúmeros vestígios ricamente levantados/compulsados referentes à experiência histórica ameríndia e luso-afro-brasileira, permitindo que a partir das perspectivas recentes da historiografia se possa tornar suporte para uma ampla produção do conhecimento histórico.

Datam do século XX os primeiros esforços conhecidos em torno de historicizar e discutir a etimologia da palavra *sertão*, partindo de elementos linguísticos e históricos. Dois pontos de vista podem ser observados, um que reputa à origem africana e outro que indica uma procedência portuguesa ao vocábulo. Pensar em tais questões exige, pela sua especificidade, uma problematização de seu léxico em suas particularidades históricas. É que as palavras são incorporadas aos textos, documentos, dicionários, enciclopédias, cartas, em função de seu uso demarcado por uma autoria escrita em determinados espaços (CATROGA, 2011). Seu regular uso para fins espaciais, culturais, históricos e, sobretudo, linguísticos, constitui um sintoma de sua relevância e pertinência.

Este ponto de observação pode partir da argumentação do folclorista cearense Gustavo Barroso. Intelectual ligado à Academia Brasileira de Letras, publicou artigo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático *História dos Sertões entre lugares: sociedade e cultura*, coordenado pelos professores Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo (UFRN) e Dr. Jackson dos Santos Ribeiro (UEMA), durante o 30º Simpósio Nacional de História, realizado em Recife-PE de 15 a 19 de julho de 2019. Agradeço aos colegas professores Dr. Evandro dos Santos e Dr. Joel Carlos de Souza Andrade, ambos do Mestrado em História dos Sertões (CERES-UFRN), pela preciosa interlocução.

intitulado *Vida e obra da palavra sertão*, na coluna “Segredos e revelações da História do Brasil”, que integrava a revista *Cruzeiro*, em 1952 – texto que se baseou em comunicação feita à citada academia, na década precedente (BARROSO, 1947 *apud* SILVA, 1950, p. 639). Nesse artigo, o autor expõe diferentes versões presentes em dicionários, que atribuem uma origem portuguesa à palavra em questão. Contudo, adotando ponto de vista diverso, credita a origem do vocábulo à língua mbunda, de Angola. Segundo o autor, de *mulchitum* (oriundo de *michítu* ou *muchítu*), que era empregado para designar *mato*, pelas gentes que habitavam o interior da África portuguesa, derivou a corruptela *mulcetão*, vertida para o latim como *locus mediterraneus*, ou seja, “o interior, o sítio longe do mar, da costa, o oposto ao marítimo” (BARROSO, 1952, p. 54). De *mulcetão* teriam derivado as palavras *celtão* e *certão*, que os portugueses, por apropriação, teriam utilizado para referir-se a áreas do Reino e às extensões das terras ignotas encontradas no contexto das navegações marítimas dos séculos XV. O vocábulo *mulcetão*, incluído como sinônimo de *muchítu* (em mbundo), encontra-se encartado, assim, no *Diccionario da Lingua Bunda, ou Angolense* (CANNECATIM, 1804, p. 235; 510).

Tomando rumo diferente, o filólogo e linguista alemão Joseph Piel propôs que a palavra *sertão* seja proveniente do vernáculo português, com uso rarefeito antes do século XV e disseminação a partir das navegações ultramarinas, sobretudo, nas terras anexadas ao Império português. O estudioso parte, inclusive, da hipótese de o nome em tela ter sido utilizado nos tempos modernos em função de já aparecer, anteriormente, como denominador de topônimos ligados a povoações no interior de Portugal, por exemplo, nos municípios de Amares, Arcos de Valdevez e Celorico de Basto, situados a mais de 350 quilômetros, hoje, de Lisboa (PIEL, 1961 *apud* FERREIRA, 2004, p. 27).

Tal perspectiva foi retomada, contemporaneamente, por Jerusa Pires Ferreira, pesquisadora da área de Comunicação e Estudos Culturais, que, a partir de obras de referência contemporâneas, avança a possibilidade de *sertão* ser advindo, também, do termo *sertanus*, como veremos posteriormente (FERREIRA, 2004, p. 26). Esta será a perspectiva aqui adotada, considerando que é aquela da qual mais se aproxima a maioria dos estudos que se dedicaram a refletir sobre a origem da palavra *sertão* no Brasil (MÄDER, 1995; AMADO, 1995; ARRUDA, 2000; MORAES, 2003; NEVES, 2003;

BARBOSA; FERRAZ, 2005; SILVA, 2010; SARAMAGO, 2015; FERRAZ; BARBOSA, 2015; RÊGO, 2016). Tais pesquisas, ao se encaminharem pela escolha de uma origem lusitana para a palavra *sertão*, utilizam como evidências documentos e relatos de cronistas dos séculos XV em diante, pondo em xeque a hipótese de uma origem mbunda, como proposta por Gustavo Barroso.

Essa contestação já havia sido feita, desde 1950, pelo engenheiro civil Moacir Malheiros Fernandes Silva, membro, à época, do Conselho Nacional de Geografia (CNG), o qual considerava a citada procedência “fantasista”. Para este autor, seria muito mais prudente afirmar que os angolanos teriam ouvido a palavra dos portugueses, durante a fase dos empreendimentos marítimos e conquista de África, e, posteriormente, incorporado ao seu vocabulário, descrito no dicionário do frei Bernardo Maria de Canecatim, de 1804 (SILVA, 1950, p. 641-2). O escritor moçambicano Mia Couto, em livro de ensaios, confirma esse pensamento, ao enunciar que a palavra foi levada para a África pelos portugueses, “(...) que tentaram nomear assim a paisagem da savana. Não resultou. A palavra não ganhou raiz.” (COUTO, 2009, p. 110). O termo *sertão*, segundo este autor, pode ser encontrado apenas nos escritos coloniais, sendo pouco reconhecido, nos dias de hoje, em Moçambique e Angola.

Voltando ao tema da origem lusa da palavra *sertão*, conforme destacado por Joseph Piel (1961 *apud* FERREIRA, 2004, p. 27), existem duas razões, complementares, que podem sustentar tal ideia: uma de ordem toponímica e outra de ordem propriamente linguística. A primeira diz respeito ao uso de palavras similares a *sertão* como denominadoras de lugares em regiões de Portugal afastadas da costa, como já mencionamos em parágrafo anterior. Há, além destes, a Vila de Sertã, sede de município com o mesmo nome, distante cerca de 180 quilômetros de Lisboa, que se localiza, na contemporaneidade, na região central de Portugal, no distrito de Castelo Branco. O topônimo da vila foi grafado de diversas maneiras ao longo dos séculos: Sartagine, Sartaãe, Sertãã, Sartaã, Sartã, Sartãe, Sertan, Sertam, Sertan, Sertãe, Certãã, Certam, Certan, Sertãã, Certã e Sertã – esta última, a partir do período da União das Coroas Ibéricas, entre 1580 e 1640 (LOPES, 2014).

O mais antigo texto, provavelmente, onde temos o uso da palavra *sertão* como conceito que denomina uma realidade espacial é a *Crónica de tomada de Ceuta por el*

*Rei D. João I* (1450), de autoria do cronista Gomes Eannes de Zurara (1450). Nessa narrativa, que reconstrói a tomada de Ceuta em 1415 pelos portugueses, a descrição da cidade alude a que esta “(...) polla mayor parte he cercada dagua, omde tijna assaz seguramça, e aquelle pequeno spaço que ficaua da parte do sertão, nom lhe compria melhor guarda (...)” (ZURARA, 1915 [1450], p. 234). Sertão, nesse contexto, partindo da problematização de Jerusa Ferreira, remete a uma área visível, contígua, inclusive, à cidade (2004, p. 31). Mesma imagem pode ser obtida por meio da leitura do *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII* (1497), atribuído ao marinheiro Álvaro Velho, componente da expedição de circunavegação, quando se remete à Vila de Milynde (hoje, pequena cidade do Quênia, conforme MACHADO, 1992, p.336) como estando encravada em uma praia, com casas altas e bem caiadas, e tem “(...) ao longo della da banda do sartão que está apogado com as casas, huum palmeiral muito grande (...)” (VELHO, 1861 [1497], p. 48-49).

Numa passagem anterior da narrativa de Eannes de Zurara, acima referida, o cronista remonta às decisões de D. João I em relação à estratégia de apropriação de Ceuta. Ao propor a instalação de um arraial na Península Almina, para deslançar o processo de tomada da cidade, seus conselheiros reais foram enfáticos ao asseverar que “(...) os mouros nom teem tamanho poder per o mar como per a terra, e sse uos teuerdes tomada aquella pequena parte do sertão, com a frota que uos teemdes podellos hees teer cercados assy per mar como per terra.” (ZURARA, 1915 [1450], p. 186). Temos, aqui, a percepção de um *sertão* que se contrapõe ao mar, ainda que seja um “longe perto”, seguindo o pensamento de Jerusa Ferreira (2004, p. 32), sobretudo, se pensarmos na geografia peninsular de Ceuta. O *sertão* em contraposição ao mar pode ser observado, também, na descrição do rio Emzaze (Nzadi?), no Reino do Congo, que aparece nas páginas do *Esmeraldo de situ orbis*, de autoria do cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira, no início do século XVI. Para o autor, o referido rio “(...) nafce em humas ferras cinquenta leguoas no certaão hapartadas das Ribeyras do mar pella dita diftancia (...)” (PEREIRA, 1892 [1506], p. 83).

Três anos após a escrita do relato sobre a tomada de Ceuta, Eannes de Zurara produziu a *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné* (1453), em que narrou incursões de portugueses, sob a inspeção do Infante D. Henrique, a espaços da costa

ocidental do que hoje chamamos de continente africano. Nas oito vezes em que a palavra *sertão* é utilizada – grafada como *sertaão* – metade dos usos é feita em contraponto ao litoral (ZURARA, 1841 [1453], p. 60, 180, 403 e 449), sobressaindo-se duas passagens em que o sentido é o de interior, de afastado, de coração da terra, conforme a problematização feita anteriormente por Jerusa Ferreira (2004, p. 32): uma, referindo-se à paisagem portuguesa de Olivença, “(...) hũa villa dosertaão muy afastada do mar (...)” e outra à informação prestada ao Infante D. Henrique, por negros, acerca de um “(...) castello muyto afastado pelosertaão (...)” (ZURARA, 1841 [1453], p. 403 e 449). No que se refere às Índias orientais, o relato do historiador português Diogo de Couto segue o mesmo mote ao descrever a porção meridional da Península Arábica, conhecida como Arábia Feliz, onde não havia “(...) coufa mais frefca, que efta Cidade [de Zebit], e a de Sanáa, trinta leguas ao fertão (...)” (COUTO, 1779 [1596-1597], p. 448).

As quatro outras menções que Eannes de Zurara fizera à palavra *sertão* na crônica sobre a conquista de Guiné indicam o sentido de travessia, isto é, situações em que o *sertão* era lugar de passagem ou a ser alcançado. Esse sentido emerge a partir do uso, pelo cronista, de verbos de movimento, para indicar o sentido de trajetória “da costa para o interior” (FERREIRA, 2004, p. 33), como podemos verificar no trecho em que, com alguma probabilidade, relata-se a escravização de mouros: “(...) andaron dous dyas e duas noites, e forom em terra, onde pero muyto trabalhassem, nom poderom filhar mais de huñ Mouro, per cuja guya forom buscar hũas três aldeas, que eram assaz dentro pelosertaão (...)” (ZURARA, 1841 [1453], p. 208 e, ainda, 73, 200 e 345). Para o contexto do Oriente, Diogo de Couto mencionou que o governador da Índia, Martim Afonso de Souza, em ocasião de guerra, “(...) vio que lhe era neceffario partir de Goa [...] porque como havia de defembarcar na Cidade de S. Thomé, pera dahi caminhar pera o fertão doze leguas (...)” (COUTO, 1780 [1596-1597], p. 345).

Jerusa Ferreira aponta outros sentidos para a palavra *sertão* presentes em crônicas que narram as viagens ultramarinas portuguesas, ligados a representações de lugares cuja descrição variava entre áreas verdes e secas, com vegetação e áridas. Um exemplo é a descrição feita pelo explorador português Fernão Mendes Pinto, em sua *Peregrinaçam*, da paisagem da Ilha de Lequia, na China, cuja terra era “(...) algum tanto em partes montanhofa, mas no interior do fertão he mais plana, & fértil, & viçofa de muytos campos

regados de rios dagoa doze, com infinidade de mantimentos, principalmente de trigo & arroz.” (PINTO, 1614, p. 173). A imagem de viço, para áreas exploradas pelos lusitanos, também se encontra no relato do historiador português João de Barros acerca de localidades na Península Arábica, dentre as quais, “(...) dentro no fertão vinte legoas pouco mais ou menos, eftá a cidade Láfah: a qual cõ feu contorno de tẽra e a mais fertil & mimofa õ tem toda aquella parte chamada Yaman (...)” (BARROS, 1563, p. 164). O contraponto dessa vitalidade da terra pode ser encontrado em relatos sobre paisagens de Angola, da lavra de Manuel Pimentel em sua *Arte de navegar* (1699), quando se refere às nascentes do rio Dande, informando que “(...) pelo fertão dentro he terra rafa, efcavada sem arvoredo (...)” (PIMENTEL, 1762 [1699], p. 270). Sobre o Cabo de São Braz, na região litorânea, o mesmo cosmógrafo português afirma que as “terras do fertão” do mesmo são altas e espinhosas, com três picos (PIMENTEL, 1762 [1699], p. 448), concatenando-se com a ideia de um “longe perto”, como discutido por Ferreira (2004).

Importante ressaltar, aqui, que tais narrativas se constituem enquanto relatos das terras e das gentes em processo de conquista por parte dos lusitanos, construídos a partir das vivências dos seus produtores nos diferentes espaços chamados de *sertão*. Seguindo o que enuncia André Heráclio do Rêgo, também podem ser pensados como referentes para a produção de tais narrativas o conhecimento acumulado na Europa proveniente das fontes clássicas e medievais, vale dizer, uma geografia imaginária sobre os diferentes sertões conhecidos e imaginados (RÊGO, 2016a, p. 24; 2016b, p. 43-49). As diferentes menções feitas nas crônicas portuguesas ao *sertão* referem-se a áreas que, em função do posicionamento do narrador – próximo ou distante da costa –, também implicavam em dificuldades ou não para acessar tais espaços, considerados vazios, pelo menos, do ponto de vista de súditos do Império português em expansão pelo globo (SARAMAGO, 2015, p. 232).

No que diz respeito às possessões lusitanas para além do Atlântico, a carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, inaugura o repertório conhecido de narrativas acerca de espaços considerados *sertão* no que seria chamado, posteriormente, de América portuguesa. Encaminhada ao rei D. Manuel I em 1500, a carta descreve a terra encontrada no litoral e, ademais, “(...) polo sartaaõ nos pareceo do mar muyto grande; porque a estender olhos, nom podíamos ver senom terra, e arvoredos, que

nos parecia muy longa terra.” (CAMINHA, 1817 [1500], p. 33). O *sertão* de Caminha, pois, é aquele que não se pode ver por completo, que se coloca como um obstáculo tal qual a parede vegetal que se apresenta, pela narrativa, aos marinheiros da armada de Cabral, aludindo ao sentido de mato ou floresta já discutido por Jerusa Ferreira para crônicas portuguesas relativas a outras paragens do globo (FERREIRA, 2004, p. 29).

O *sertão* representado pelo escriba, em outro sentido, também corresponde a áreas próximas do próprio trânsito dos integrantes da empresa de conquista, que, ao andarem pela costa e cortarem lenha, encontraram papagaios de cores e tamanhos diversos, bem como pombas. Na dúvida sobre terem encontrado, também, rolas, considerando o ponto de vista de Caminha, este afirmou que “(...) nom has vy ; mas segundo hos arvoredos sam muytos, e grandes, e dimfindas maneiras, nom duvido que per ese sertao ajam muytas aves (...)” (CAMINHA, 1817 [1500], p. 28). Trata-se, aqui, da remissão a um longe perto, conforme a problematização de Jerusa Ferreira (2004), mas, que, no entendimento de Victoria Saramago, corresponde a um tom mais cético e especulativo sobre as terras encontradas no ultramar atlântico, expresso, em outras crônicas coloniais, por meio de discursos indiretos e hipotéticos (SARAMAGO, 2015, p. 234).

Discutindo textos de autoria portuguesa sobre a aventura das navegações marítimas, Victoria Samarago intuiu que uma forma frequente de se descrever o sertão consistia em tomar a costa como parâmetro e referir-se aos pontos de interesse dentro do espaço (cidades, lugares, rios) medidos a partir de distâncias em léguas, sem indicação precisa da direção a ser tomada rumo ao interior (SARAMAGO, 2015, p. 234). É o que podemos observar na corografia de Gabriel Soares de Souza, senhor de engenho no norte da América portuguesa, produzida no fim do século XVI, em que a descrição inicial da “provincia do Brasil” a situa “(...) além da linha equinocial da parte do sul [...] e vai correndo esta linha pelo sertão d’esta provincia até 45 grãos, pouco mais ou menos.” (SOUZA, 1879 [1587], p. 3). Similar atitude percebemos ao verificar a menção a uma fazenda de Garcia d’Ávila, situada no sertão, a duas léguas da Ponta de Itapuã, sem haver quaisquer outros direcionamentos em relação à direção a ser tomada para se efetuar o trajeto até o destino (SOUZA, 1879 [1587], p. 40). Tal forma de descrever o sertão também a encontraremos nos escritos do jesuíta Fernão Cardim, produzidos entre o fim

do século XVI e começo do século XVII e publicados em 1925 como *Tratado da terra e da gente do Brasil* (SARAMAGO, 2015, p. 234).

Ao narrar uma de suas viagens até aldeamentos indígenas nas margens do rio São Francisco, na segunda metade do século XVII, o capuchinho francês Martinho de Nantes afirmou que “Entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo, tanto mais quando não havia uma folha sobre as árvores e pareciam com as nossas, em tempo do inverno, e não se cobriam de folhas senão quando vinham as chuvas, nos meses de fevereiro ou março.” (NANTES, 1979 [1706], p. 32). E continuou: “O canto lúgubre de certos pássaros aumentava ainda esse terror; tudo isto me parecia como a imagem da morte. Além disso esse país é muito montanhoso e as montanhas muito altas.” (NANTES, 1979 [1706], p. 32). Além de corroborar com descrições do sertão situados nas conquistas em África e na Ásia, analisadas por Jerusa Ferreira (2004) e Victoria Saramago (2015), o exemplo acima atesta o sentimento de indefinição com que se mirava o sertão, no momento em que se descreviam as incursões de povos europeus nas terras lusitanas da América. Vasto, deserto, remoto, aterrador, incógnito e ignoto são, assim, adjetivos atribuídos às espacialidades do sertão, conforme enuncia André Rêgo a partir do exame de crônicas coloniais e documentos coevos (RÊGO, 2014, p. 241-247).

Em outros textos produzidos por cronistas coloniais, a exemplo do *Tratado da Terra do Brasil* (1576), do português Pero de Magalhães Gândavo, sobressai-se a remissão às riquezas escondidas no sertão. Nas palavras do autor, em que narra a vinda de índios do sertão até a sede da Capitania de Porto Seguro, estes teriam trazido notícia “(...) dumas pedras verdes que havia numa serra muitas léguas pela terra dentro, e traziam algumas delas por amostra, as quais eram esmeraldas, mas não de muito preço. E os mesmos índios diziam que daquelas havia muitas, e que esta serra era muito formosa e resplandecente.” (GÂNDAVO, 2008 [1576], p. 75). Notícias sobre serras douradas, minas de ouro e prata, cristais e esmeraldas também são tema de descrições nas narrativas de Pero Lopes de Souza e Gabriel Soares de Souza, no século XVI, e na do frei Vicente do Salvador, na primeira metade do século XVII, o que reforça, segundo Maria Elisa Mäder, a perenidade, na América, de um imaginário ocidental e renascentista composto por aspirações em busca de tesouros, paraísos e enriquecimento, que se consubstanciou em mitos como o de Eldorado (MÄDER, 1995, p. 26-33).

O exame do pequeno corpus de autores que transitaram pelas conquistas do Império Ultramarino Português, a partir dos tempos modernos, somado ao debate historiográfico aqui convocado, nos permite considerar que é imprudente esperarmos encontrar, nos relatos de tal período, um sentido único ou uma “fórmula norteadora” para definir o que é *sertão*. Mais do que isso, tal palavra poderia remeter, inclusive, a espacialidades perto ou longe do litoral, o que, em si, colocaria em questão uma suposta contraposição entre o par litoral versus interior (FERREIRA, 2004, p. 28). Considerando o pressuposto da origem lusitana da palavra *sertão*, carregada, junto com o léxico dos conquistadores, em suas incursões por diferentes partes do globo, o termo definiu, no geral, “a imagem de um espaço cerrado, remoto e misterioso”, ainda que, para as crônicas sobre África tenha havido um delineamento mais seguro do que se poderia encontrar nesses espaços (SARAMAGO, 2015, p. 241). É preciso lembrar, também, nesse sentido, que tais relatos de época, a depender do lugar de fala dos autores e das circunstâncias em que foram produzidos, poderiam estar representando espaços efetivamente conhecidos a partir da percepção empírica ou aqueles que se desejava conhecer, em função do imaginário das viagens marítimas (RÊGO, 2016a, p. 37).

As imagens produzidas pelos viajantes à América portuguesa, em certa medida, colocam o sertão em contraposição à região colonial, isto é, aos espaços preenchidos pela ordem colonizadora, “cheios” de súditos do Império português, marcados pelo domínio do Estado e da Igreja, unidos pelos laços do Padroado Régio. Sertão, dessa forma, foi encarado como “o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização”, território ora positivado, ora negativado, a partir de elementos do imaginário ocidental renascentista e da própria vivência e adaptação dos colonos nos trópicos (MÄDER, 1995, p. 12-13). No período colonial, assim, se o termo em questão designou tanto “quaisquer espaços amplos, longínquos, desconhecidos, desabitados ou pouco habitados”, igualmente, isto dependia da vinculação de quem enunciava o discurso, do seu ponto de observação e da sua localização em relação ao sertão. (AMADO, 1995, p. 148).

Dada a diversidade de espaços conquistados e colonizados pelos portugueses na América, os documentos coevos costumeiramente grafaram a palavra no singular e no plural, sendo mais comum, nos dias atuais, o seu uso como *sertões*, indicativo da

pluralidade de espaços que receberam tal nomeação pelos agentes coloniais (AMADO, 1995; NEVES, 2003; 2012). Partindo do raciocínio de Antonio Carlos Robert de Moraes, aplicado ao conjunto de cronistas aqui referenciados, é pertinente elucidar, também, que o sertão não se constitui, apenas, em uma “materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica”. O termo nomeou, durante o período moderno, caatingas, cerrados, florestas e outros ambientes, sem que isso significasse, compulsoriamente, um território com limites bem definidos e, ao mesmo tempo, imóvel no tempo e no espaço. Como ideologia geográfica que foi mobilizada junto com os conquistadores para os territórios coloniais sob o domínio do Império português, o conceito de sertão pode ser apreendido enquanto um “discurso valorativo referente ao espaço”, que o qualifica segundo a mentalidade de quem o está nomeando (MORAES, 1988; 2003). Outros sentidos seriam incorporados à ideia de sertão, no Brasil, a partir da constituição do Estado Nacional, no século XIX, como veremos a seguir.

#### **REFERÊNCIAS**

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.

BARBOSA, Bartira Ferraz; FERRAZ, Socorro. **Sertão: Fronteira do Medo**. 23.ed. Recife: Editora UFPE, 2015.

BARBOSA, Bartira Ferraz; FERRAZ, Socorro. **Sertão: um Espaço Construído**. Salamanca: Editora Universidad de Salamanca, 2005 .

BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 12 jul 1952, p. 53-54 (Coluna Segredos e Revelações da História do Brasil). Disponível em: <<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>. Acesso em: 20 jun 2016.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FERREIRA, Jerusa Pires. Os segredos do sertão da terra: um longe perto. **Légua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana: UEFS, v. 3, nº 2, 2004, p. 25-39

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999 .

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

MÄDER, Maria Elisa N. de S. **O vazio**: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

MORAES, Antonio Carlos Robert. « O Sertão », **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 29 Junho 2016. URL : <http://terrabilis.revues.org/341> ; DOI : 10.4000/terrabilis.341

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

RÊGO, André Heráclio do. O sertão e a geografia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 63, abr. 2016, p. 42-66.

SARAMAGO, Victoria. O sertão ao redor do mundo. In: DUTRA E SILVA, Sandro; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. **Vastos sertões**: história e natureza na ciência e na literatura. Rio de Janeiro: MauadX, 2015. p. 231-26.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010.